

Austeridade teria contido a inflação, afirma Senna

13 ABR 1984

PREOCUPAÇÃO

A diminuição do risco cambial estimulará os saques de recursos externos depositados no Banco Central, o que poderá dificultar a execução da política monetária, advertiu ontem o economista José Júlio Senna, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, ao participar de debate sobre política cambial e inflação.

Senna lembrou que até novembro do ano passado a política de combate à inflação fracassou não porque os instrumentos de ação fossem errados, mas porque faltava austeridade ao governo na execução das medidas. Daquele mês em diante a situação modificou-se, reconheceu o professor da FGV, porque houve cortes substanciais de subsídios e foi sensivelmente reduzido o déficit fiscal.

Atualmente, disse Senna, a baixa de taxa de juros no mercado financeiro decorre, entre outros fatores, de uma fraca demanda de crédito e do fato de que está desaparecendo o temor da desindexação. A perspectiva de que o governo utilizasse um redutor da correção monetária, como ocorria até pouco tempo, fazia com que os investidores exigissem um prêmio adicional em suas aplicações financeiras, refletindo no aumento da taxa de juros real.

A principal preocupação de Senna, contudo, relaciona-se com o estoque de dólares em poder do Banco Central — "há bilhões de dólares" — provenientes dos Projetos 1 e 2 da renegociação da dívida externa brasileira. A medida que se eliminou a possibilidade de uma maxidesvalorização, o saque daqueles recursos começou a ser atrativo, com a utilização dos mecanismos da resolução 432 do Banco Central.

Se aqueles saques se avolumarem por parte das empresas, poderão ocorrer graves danos à política de controle da base monetária por parte do governo. Ao admitir a possibilidade, o economista José Júlio Senna esclareceu que o superávit fiscal e o balanço de pagamentos em cruzeiros foram dois fatores que contribuíram para evitar a expansão daquela base.

Outro debatedor, Adroaldo Moura da Silva, professor da Universidade de São Paulo, defendeu a necessidade de uma reforma no sistema monetário, já que o atual se caracteriza por uma forte vulnerabilidade. A seu ver, o governo precisa também adotar uma política financeira por meio da qual fossem proibidas aplicações com correção monetária pós-icipada de prazos inferiores a 180 dias.